

## ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E INCONFORMIDADES DOS RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

*ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN DIFFERENTIATED LEVELS OF CORPORATE  
GOVERNANCE AND NONCONFORMITIES OF REPORTS OF INDEPENDENT AUDITORS*

DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v9i1.525>

**Nayana Oliveira Alexandre<sup>a</sup> e Elias Pereira Lopes Junior<sup>b</sup>**

<sup>a</sup> **Nayana Oliveira Alexandre**  
nayana.oliveira@tlsa.com.br  
Centro Universitário 7 de Setembro

<sup>b</sup> **Elias Pereira Lopes Junior**  
eliasjunior08@gmail.com  
Universidade Federal do Cariri – UFCA

**Data de envio do artigo:** 06 de janeiro de 2018.

**Data de aceite:** 09 de março de 2018.

**Palavras-chave:**

Níveis diferenciados de governança corporativa; Relatório dos Auditores independentes; Inconformidades; BM&FBOVESPA.

**Resumo** Este estudo tem como objetivo investigar se os níveis de governança corporativa da Bovespa têm relação com a existência ou não de inconformidades nos relatórios dos auditores independentes. Os dados foram coletados nos relatórios dos auditores independentes dos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 das companhias abertas, pertencentes aos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA. Para análise dos dados, foi utilizada a correlação de Pearson. Os resultados demonstraram que 70% das companhias optaram pelo nível mais alto de governança. Tendo 99% dos seus relatórios sem inconformidades, corroborando o pressuposto do estudo de que as companhias pertencentes aos níveis diferenciados de governança corporativa tendem a ter menos inconformidades em seus relatórios de auditoria. As empresas inseridas nesses níveis estão propensas a oferecer um grau de segurança maior aos acionistas, bem como, melhor qualidade das informações prestadas, trazendo como resultado menor volatilidade das ações e retornos acima da média do mercado.

**Keywords:**

Differentiated levels of corporate governance; Report of the independent auditors; Nonconformities; BM&FBOVESPA.

**Abstract** *The objective of this study is to investigate whether the Bovespa's corporate governance levels impact on the existence or non-existence of nonconformities in the independent auditors' reports. Data were collected in the independent auditors' reports for the 2011, 2012, 2013, 2014 and 2015 fiscal years of publicly traded companies belonging to the BM & FBOVESPA special listing segments. For the data testing, the Pearson correlation was used. The survey results showed that 70% of the companies opted for the highest level of governance. Having 99% of their reports without non-conformities, corroborating the study's assumption that companies belonging to differentiated levels of corporate governance tend to have fewer inconsistencies in their audit reports. Companies within those levels are prone to greater degree of security to shareholders, as well as better quality of information provided, resulting in lower stock volatility and returns above the market average.*

## 1. INTRODUÇÃO

Conforme as exigências do mercado de capitais em relação à veracidade das informações, nos últimos anos tornou-se mais evidente a necessidade das organizações em adotarem melhores práticas de gestão. Em dezembro de 2000, a Bovespa instituiu os níveis de governança corporativa, sendo eles: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Segundo Aguiar, Corrar e Batistella (2004, p. 338) a Bovespa “[...] buscou por meio dessa medida dar maior transparência ao mercado de capitais, como forma de atrair mais investidores e, por conseguinte, aumentar o volume de transações”.

Nas práticas de boa governança estabelecidas pela Bovespa, a passagem para um patamar superior de governança aumenta o grau de segurança oferecido aos acionistas, bem como, melhora a qualidade das informações prestadas pelas empresas. Ao estabelecer níveis de governança, a Bovespa tem a intenção de gerar uma forte correlação entre os critérios determinados para os diferentes níveis, a

valorização e a menor volatilidade das ações (VIEIRA; MENDES, 2004).

A governança corporativa assumiu papel de destaque no fortalecimento das relações dos agentes nas organizações, em especial com os investidores, com a finalidade de tornar-se mais justo e transparente, o relacionamento da empresa com seus *shareholders* e *stakeholders* (LUCA *et al.*, 2010).

Com a consolidação da governança corporativa e diante de tantos escândalos corporativos, a auditoria vem sendo mais cobrada e ao mesmo tempo, vem impondo grandes mudanças, em sua forma de atuação e no relacionamento com os usuários externos e internos. Em virtude disso, Dutra (2011) atesta que o relatório dos auditores independentes desempenha um papel fundamental para a transparência e a credibilidade das informações contábeis e de transmitir uma relativa segurança ao usuário dessas informações.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual a relação entre os níveis de

governança corporativa e a existência ou não de inconformidades nos relatórios dos auditores independentes das companhias pertencentes aos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA? O presente estudo tem como objetivo geral investigar se os níveis de governança corporativa da Bovespa têm relação com a existência ou não de inconformidades nos relatórios dos auditores independentes.

Mesmo que já venham sendo desenvolvidas diversas pesquisas (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002; CAMARGO *et al.*, 2011; PIERRI JUNIOR *et al.*, 2015) sobre relatório dos auditores independentes e sobre governança corporativa, o assunto em pauta envolve a relação existente entre esses dois temas, trazendo como destaque, a abrangência de todos os segmentos de listagem da BM&FBOVESPA, a fim de auxiliar no conhecimento dos usuários internos e externos. Sob esta perspectiva, o presente estudo justifica-se pela importância combinada dos temas relatório dos auditores independentes e governança corporativa.

O trabalho está organizado em cinco seções: além dessa introdução, na segunda seção apresenta-se o referencial teórico, no qual será abordado uma contextualização sobre a Governança corporativa, os Níveis diferenciados de Governança Corporativa e o Relatório dos Auditores Independentes. Na terceira seção, tem-se a metodologia, na qual apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na quarta seção têm-se os resultados e, por fim, na quinta seção expõem-se as considerações finais.

## 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o desenvolvimento contínuo da sociedade, as empresas sentiram a necessidade da criação de procedimentos que proporcionassem controle e monitoramento aos negócios, assim como, a redução da assimetria informacional entre seus *stakeholders*. Diante disso, em 1995, surgiu o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a única organização da América Latina inteiramente voltada para a discussão do tema, que tem como finalidade aperfeiçoar a governança corporativa no Brasil. No mesmo ano, foi elaborado e publicado o primeiro Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

A governança corporativa no Brasil intensificou-se por conta das mudanças nas relações entre acionistas e administradores e entre acionistas majoritários e minoritários, provocadas pela reestruturação societária, pelas privatizações e pela entrada de novos sócios nas empresas do setor privado (SILVA, 2004).

Um conjunto de mecanismos que serve para monitorar, por meio desse controle, a gestão e o desempenho das organizações; ou, ainda, pode ser definida como uma forma de esforço contínuo em alinhar os objetivos da alta administração aos interesses dos acionistas ou proprietários, pela adoção de práticas mais eficazes de monitoramento (NASCIMENTO; BIANCHI; TERRA, 2007, p. 8).

Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2004, p. 6), a governança corporativa “[...] é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas-cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal”.

O IBGC (2004) ainda menciona que, quando não existe um bom sistema de governança corporativa, poderão ocorrer: (a) abusos de poder - do acionista controlador sobre minoritários, da diretoria sobre o acionista e dos administradores sobre terceiros; (b) erros estratégicos - resultado de muito poder concentrado no executivo principal; (c) fraudes - uso de informação privilegiada em benefício próprio, atuação em conflito de interesses).

De acordo com a BOVESPA (2007), a adoção de boas práticas de governança corporativa pelas companhias, confere maior credibilidade ao mercado acionário e, como consequência, aumenta a confiança e a disposição dos investidores em adquirir as suas ações e pagar um preço melhor por elas, reduzindo seu custo de captação. Empresas com boa governança corporativa reduzem o custo de capital, além de serem vistas com menos incertezas por parte dos investidores, atraindo, dessa forma, o capital e podendo conseqüentemente, aumentar o valor da empresa.

Vives (2000) ressalta que, o foco da Governança Corporativa é a proteção do interesse do acionista. Dessa forma, as suas práticas devem estar associadas à integridade do negócio, motivação de empregados, e, em especial, a perenidade da organização.

A prática da governança corporativa quando aplicada ao mercado de capitais, deve estar associada a quatro pilares: a) *Fairness* – traduzida

por senso de justiça e equidade para com os acionistas minoritários contra transgressões de majoritários e gestores; b) *Disclosure* – usualmente chamado de evidenciação, com dados acurados, registros contábeis fora de dúvida e relatórios entregues nos prazos combinados; c) *Accountability* – responsabilidade pela prestação de contas por parte dos que tomam as decisões de negócios; e d) *Compliance* – obediência e cumprimento das leis do país (LODI, 2000).

Portanto, fica perceptível a obrigatoriedade das empresas, em adotar as práticas de governança corporativa no âmbito atual, tanto para redução de custos de agência, como para aumentar o valor das ações, a liquidez, além de obter a confiabilidade e a preferência dos investidores, que evidentemente irão optar por empresas mais fidedignas e que protejam seus interesses.

## 2.1. Níveis diferenciados de Governança Corporativa

Exatamente em dezembro de 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), implementou os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC). Segundo Martins, Silva e Nardi (2006) a intenção da existência desses níveis é potencializar o mercado acionário brasileiro, deixando as empresas interessadas em abrir capital, com a opção entre o mercado de governança ou o mercado tradicional. Garcia (2005) destaca que os níveis se fizeram necessário, devido a uma crise pela qual passava o mercado de ações no Brasil no final da década de 90.

Hoje a B3, estilizado como [B]<sup>3</sup>, é a bolsa de valores oficial do Brasil é quem gerencia os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa. Ela surgiu sob o formato atual após a fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 22 de março de 2017.

Com a criação dos segmentos especiais de listagem destinados as companhias com padrões diferenciados de Governança Corporativa, a Bovespa colaborou com a aplicabilidade da governança no Brasil. Atualmente, existem cinco segmentos diferenciados de governança: Nível 1 (N1); Nível 2 (N2); Novo Mercado (NM); Bovespa Mais (MA) e Bovespa Mais Nível 2 (M2).

Cada um dos cinco níveis têm um grau de exigência distinta na adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa. As companhias do Nível 1: representam-se, por exigir práticas adicionais de liquidez das ações e *disclosure*. Além de, comprometer-se principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a dispersão acionária. Enquanto as companhias do Nível 2: têm por obrigação, cumprir com práticas adicionais relativas aos direitos dos acionistas minoritários e do conselho de administração, disponibilizar balanço anual conforme as normas USGAAP ou IAS, entre outras.

Desde a sua criação, o Novo Mercado passou por revisões em 2006 e 2011. Recentemente foi criado novo regulamento feito a partir da participação da B3, participantes do mercado e companhias listadas. A nova versão do Regulamento do Novo Mercado entrou em vigor em 02/01/2018. Dentre as principais regras do Novo Mercado, destacam-se (BM&FBOVESPA, 2018):

- O capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
- Instalação de área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria;
- A empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% das ações em circulação, ou 15%, em caso de ADTV superior a R\$ 25 milhões;
- Divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos e *press releases* de resultados.

A Bovespa Mais, de acordo com o folheto da BM&FBOVESPA relata que é ideal:

Para empresas que desejam acessar o mercado de forma gradual, esse segmento tem como objetivo fomentar o crescimento de pequenas e médias empresas via mercado de capitais. A estratégia de acesso gradual permite que a empresa se prepare de forma adequada, implementando elevados padrões de governança corporativa e transparência com o mercado, e ao mesmo tempo a coloca na “vitrine” do mercado, aumentando sua visibilidade para os investidores. Uma das principais imposições: é que ao longo de sete anos, a partir da listagem, as empresas devem atingir o mínimo de 25% de ações em circulação. Transcorrido esse prazo, as empresas listadas no segmento devem manter, pelo menos, tal percentual (BOVESPA, 2014, p.2 e 4).

A Bovespa Mais Nível 2, conforme exposto no folheto da BM&FBOVESPA, criado em 2014, foi desenvolvido:

Para tornar o mercado acionário brasileiro acessível a um número maior de empresas, em especial, àquelas atrativas para quem busca investimentos de médio e longo prazos e cuja preocupação com o retorno potencial sobrepõe-se à necessidade de liquidez imediata. Segue os mesmos princípios do Bovespa Mais, para empresas que desejam ingressar no mercado de capitais, de forma gradativa, com elevados padrões de governança corporativa e transparência. O diferencial do Bovespa Mais Nível 2 é permitir a negociação de ações preferenciais (PN), além de ações ordinárias (ON). (BOVESPA, 2014, p.2 e 4).

Amigração de companhias do mercado tradicional para os níveis de governança corporativa, denota maior compromisso dessas companhias com as práticas de governança e, conseqüentemente, com a transparência de informações para os diferentes *stakeholders*. As empresas aderem voluntariamente aos níveis de governança corporativa, com o objetivo de serem destacadas no mercado de capitais. O objetivo é se apresentar aos investidores e valorizar a companhia pelo seu comprometimento, transparência e melhores práticas de governança corporativa (ERFURTH; BEZERRA, 2013).

Conforme Peixe (2003, p. 42), a vantagem para as empresas em aderir aos níveis de governança corporativa “[...] é que deverão conseguir melhor precificação de suas ações, conseguindo, com isto, menores custos de captação”. A melhor precificação das ações pode ser baseada no pressuposto que investidores estão dispostos a pagar prêmios maiores para essas empresas por apresentarem maior grau de transparência.

Os níveis de governança corporativa também podem ter relação com a transparência das informações fornecidas pelas empresas. A pesquisa de Amaral *et al.* (2008) visou descobrir se existe alguma relação entre a defasagem na divulgação dos demonstrativos financeiros anuais das empresas e seu nível de governança corporativa. Como resultado, os autores não conseguiram encontrar relação entre a defasagem e os níveis de governança corporativa, mas, os autores conseguiram justificar a demora na liberação dos relatórios devido ao excesso de controle dos acionistas controladores.

Os níveis diferenciados de governança corporativa vêm sendo objetos de diversos estudos desde que foram implementados. O estudo de Nardi e Nakao (2008) procurou verificar o impacto da adesão a esses níveis diferenciados sobre a imagem institucional das companhias para os *shareholders* e para os *stakeholders*. Como resultado, os autores afirmam que a adesão aos níveis de fato afeta a

imagem institucional da companhia na percepção da própria firma, muito embora essa mudança esteja um pouco mais relacionada aos *shareholders* do que aos *stakeholders*.

Já o estudo de Erfurth e Bezerra (2013) investigou a correlação entre a adesão a segmentos diferenciados de governança da Bovespa e as práticas de Gerenciamento de Resultados. Como resultado, os autores concluíram que o comportamento das empresas no gerenciamento dos lucros é semelhante entre os diferentes níveis de governança da Bovespa, em especial naquelas que se encontram nos grupos de lucratividade positiva.

## 2.2. Relatório dos Auditores Independentes

O relatório dos auditores independentes é o documento por meio do qual, o auditor expressa sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e quanto a sua adequação ou não, em relação às normas estabelecidas para sua elaboração (PEREZ JUNIOR, 2004).

É um instrumento de comunicação, em que as partes interessadas são informadas sobre as conclusões obtidas pelo auditor e também, sobre possíveis problemas constatados nos controles internos e/ou nas demonstrações financeiras das empresas auditadas, inclusive aqueles, que dizem respeito à capacidade da empresa se manter em processo de continuidade (HOPE; LANGLI, 2010).

Almeida (2009) ressalta que o relatório deve esclarecer: (1) se o exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas; (2) se as demonstrações contábeis examinadas foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitas; (3) se os referidos princípios foram aplicados, no exercício examinado com uniformidade em relação ao exercício anterior.

Os relatórios dos auditores independentes podem ser classificados como: sem ressalva, com ressalva, adverso e por abstenção de opinião. De acordo, com a NBC TA 705, do CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2009, item 2), “[...] estabelece três tipos de opinião modificada, a saber, opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião”.

O relatório de auditoria pode ter ressalvas no que se refere à consistência dos métodos contábeis, o âmbito do processo de exame da auditoria, ou a

incerteza associada com as grandes contingências não resolvidas (SUNDER, 1997).

Um relatório com ressalva também pode advir de desvios relevantes das demonstrações contábeis ao atendimento das normas contábeis vigentes, ou ainda, quando não for possível constatar evidências apropriadas e suficientes sobre afirmações da administração. Neste caso, não haverá uma base razoável para a emissão de opinião sem ressalva a respeito das demonstrações contábeis (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002).

Por sua vez, o relatório de auditoria adverso, de acordo com Attie (2010), deve ser emitido quando o auditor verificar, que as demonstrações contábeis estão incorretas ou incompletas, em tal magnitude, que impossibilite a emissão de relatório com ressalva. Crepaldi (2010) ainda revela que o auditor, em seu julgamento, deve considerar tanto as distorções provocadas, quanto a apresentação inadequada ou substancialmente incompleta das demonstrações contábeis.

Quanto ao relatório com abstenção de opinião, Attie (2010, p.80) define que “[...] é aquele em que o auditor deixa de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis, por não ter obtido comprovação suficiente para fundamentá-la”. Crepaldi (2010) ainda reforça que o auditor deve abster-se de opinar quando houver limitação significativa na extensão do exame que impossibilite o auditor de formar opinião sobre as demonstrações contábeis, seja por não ter obtido comprovação suficiente para respalda-la, ou pela existência de múltiplas e complexas incertezas, que afetem um número significativo de rubricas das demonstrações contábeis.

Conforme a NBC TA 700 do CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2009, itens 20 a 42), o relatório do auditor independente deve obedecer a uma estrutura padronizada, por escrito, de forma impressa, ou por meio eletrônico, seguido por: a) um título; b) o destinatário; c) o parágrafo introdutório; d) a responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis; e) a responsabilidade auditor; a opinião do auditor; f) outras responsabilidades relativas à emissão do relatório de auditoria; g) a assinatura; h) a data; i) o endereço do auditor.

Desse modo, o relatório de auditoria é o meio de comunicação entre o auditor e os usuários da informação, devendo ser compreensível e objetivo, sendo de suma importância sua aceitação pelos

usuários, como uma fonte relevante de informações da empresa auditada (AL-THUNEIBAT; KHAMEES; AL-FAYOUMI, 2008).

O trabalho de Camargo *et al.* (2011) realizou uma análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre “Parecer dos Auditores Independentes”. Como resultado, encontraram os seguintes enfoques predominantes: “questões normativas” (33,33%); “questões polêmicas” (28,57%); “utilidade e/ou compreensibilidade” (19,05%); e “reflexos da evidenciação” (19,05%).

O estudo de Pierri Junior *et al.* (2015) identificou os motivos relacionados aos pronunciamentos contábeis que resultaram em modificação de opinião, parágrafos de ênfases e/ou de outros assuntos nos relatórios de auditoria das empresas negociadas na BM&FBOVESPA. Os Pronunciamentos Contábeis mais mencionados nos parágrafos de base para opinião modificada foram o CPC 26 (questões de continuidade), CPC 32 (tributos a recuperar) e CPC 14 (operações com instrumentos financeiros). Quanto aos parágrafos de ênfases, os motivos mais frequentes foram relacionados ao CPC 26, CPC 23 (reapresentação das demonstrações), ICPC 02 (características especiais de reconhecimento de receitas das entidades de incorporação imobiliária), e CPC 05 (transações entre a empresa auditada e suas partes relacionadas).

### 3. METODOLOGIA

O presente estudo utilizou-se da tipologia que, de acordo com Beuren e Raupp (2006), está agrupado em três categorias: quanto aos objetivos, aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Quanto ao objetivo, essa pesquisa é descritiva, como o nome sugere, tem como finalidade descrever as características de uma população ou um fenômeno, além de identificar se há relação entre as variáveis analisadas (MASCARENHAS, 2012). Esta pesquisa busca analisar os relatórios dos auditores independentes, a fim de identificar se a classificação das companhias abertas em níveis diferenciados de governança corporativa, impacta na existência de inconformidades nos relatórios dos auditores independentes.

Quanto ao procedimento de coleta desta pesquisa, foi aplicado a pesquisa documental e análise de conteúdo. Conforme Silveira (2004), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda

não receberam nenhuma análise aprofundada. Este tipo de pesquisa tem como objetivo selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir algum valor, podendo, se modo, contribuir com a sociedade científica, a fim de que outros possam voltar a desempenhar no futuro o mesmo papel. Já a análise de conteúdo, de acordo com Richardson (2009, p.224), “[...] é particularmente, utilizada para estudar material de tipo qualitativo (aos quais não se podem aplicar técnicas aritméticas) e deve basear-se em teorias relevantes, que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador”.

A análise de conteúdo foi efetuada seguindo três passos: i) identificação dos níveis diferenciados de governança corporativa das companhias abertas. ii) leitura dos relatórios dos auditores independentes; e iii) Inspeção dos parágrafos de ênfase dos relatórios analisados. Em seguida, os dados foram destinados e tratados com o auxílio do programa Microsoft Excel 2016®.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é “quali-quantitativa”, com o propósito de que os resultados apresentem aspectos de precisão dos dados quantitativos e aspectos de enriquecimento do conhecimento dos dados qualitativos. É quantitativo, pelo fato dos dados e evidências obtidas poderem ser quantificados, filtrados, organizados, tabulados e analisados, por intermédio de técnicas estatísticas (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Além de quantitativa, é qualitativa por alguns fatores analisados não serem mensuráveis e necessitarem de descrições e análise de informações (MARTINS; THEÓPHILO, 2009), como a análise qualitativa dos dados prestados, nos relatórios dos auditores independentes das empresas, que compõem a amostra estudada.

Não foram encontrados outros estudos, os quais correlacionassem as mesmas variáveis que abrangem o modelo desta pesquisa, nem foram encontradas evidências empíricas ou teóricas sólidas para que ocorresse a comparação dos resultados dessa pesquisa com outras.

Os dados usados nesse estudo foram coletados diretamente do site da BM&FBOVESPA e a população da pesquisa compreendeu 193 companhias abertas que estão dentro dos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA, no período de 2011 a 2015. Foram excluídas da base 22, 16, 12, 4 e 2 companhias referentes ao exercício de, respectivamente, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 que receberam seu registro de concessão da CVM em anos posteriores aos

analisados. Dessa forma, a amostra final foi de 171 empresas em 2011, 177 empresas em 2012, 181 empresas em 2013, 189 empresas em 2014 e 191 empresas em 2015.

As informações sobre as inconsistências foram coletadas nos relatórios de auditoria das companhias abertas disponibilizadas no sítio da BM&FBOVESPA. Após coleta dos relatórios de auditoria, foram procedidos os seguintes passos para atendimento do objetivo geral da pesquisa: i) Identificação das companhias abertas nos níveis diferenciados de governança corporativa; ii) Leitura dos relatórios dos auditores independentes; iii) Classificação dos relatórios de auditoria em relatório sem ressalva e com ressalva e iv) Análise dos parágrafos de ênfase. Nesse caso, foi realizada uma análise documental dos Relatórios dos Auditores Independentes (RAI) das companhias listadas, nos níveis diferenciados de governança corporativa, nos anos de 2011 a 2015.

Para a testagem dos dados coletados na pesquisa, foi utilizado o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson, por meio do *software* Microsoft Excel, buscando verificar possível padrão de associação entre as variáveis: Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC), Tipos de Relatórios de Auditoria (TRA) e Parágrafos de Ênfase (PE).

A concepção da correlação no contexto estudado é permitir a verificação da influência dos níveis diferenciados de governança corporativa na emissão de relatórios com inconformidades e com parágrafos de ênfase. Para Moore (2007), a correlação mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas.

Devido a isso, o valor do coeficiente de correlação (R) deve estar sempre entre  $-1$  e  $+1$ , inclusive. Valores de R próximos de  $-1$  e  $+1$  indicam correlação forte, e valores próximos de zero indicam correlação fraca. O sinal de R indica se a correlação é positiva ou negativa (FRICKE; BATTISTI; CORRENTE, 2009).

#### 4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADO

Na Tabela 1 são apresentados os resultados obtidos na análise de correlação das variáveis: NDGC, TRA e PE por setor. Chama-se atenção, individualmente, para o setor de Telecomunicações, em relação às variáveis: níveis diferenciados de governança corporativa e tipos de relatórios de auditoria, que no exercício de 2015 obteve resultado perfeito positivo, indicando que há associação entre

as variáveis, ou seja, as companhias que estão nos maiores níveis de governança corporativa, tendem a ter inconformidades em seus relatórios.

Nos exercícios de 2014 e 2015 entre as variáveis: níveis diferenciados de governança e parágrafos de ênfase, os resultados foram perfeitos negativos, indicando que quanto maior for o nível de governança, menor será a existência de parágrafos de ênfase nos relatórios emitidos.

No setor de Tecnologia da Informação no exercício de 2011, entre as variáveis: níveis diferenciados de governança e parágrafos de ênfase observou-se um resultado positivo perfeito, determinando a forte associação entre as variáveis. Entretanto, no exercício de 2015, entre as variáveis: tipos de relatórios de auditoria e parágrafos de ênfase, verificou-se um resultado negativo perfeito, indicando que os relatórios sem ressalva, tendem a não ter parágrafos de ênfases.

Entretanto, ao observar a base de dados utilizada na pesquisa, foi constatado que as respostas das variáveis: níveis diferenciados de governança corporativa, tipos de relatórios de auditoria e parágrafos de ênfase estavam iguais, ocasionando as correlações perfeitas. Nos exercícios de 2012 a 2015 entre as variáveis: níveis de governança corporativa e tipos de relatórios de auditoria percebeu-se que no setor de utilidade pública, ocorreram correlações negativas, porém fracas, indicando que existe pouca relação entre os níveis diferenciados de governança corporativa e os tipos de relatórios de auditoria.

Separadamente, constatou-se na relação entre níveis diferenciados de governança e tipos de relatórios, o setor de Saúde foi o único com resultado moderado durante o ano de 2011, mostrando que as companhias inseridas nos maiores níveis de governança, apresentam menos inconformidades em seus relatórios.

Em relação aos resultados entre as variáveis: níveis diferenciados de governança e parágrafos de ênfases, observou-se que no setor Bens Industriais no exercício de 2012, apresentou-se um aumento da correlação, mostrando que quanto maior o nível de governança corporativa, maior será a emissão de relatórios com parágrafos de ênfase. Entretanto, nos exercícios de 2011 e 2013 - as associações foram fracas e negativas, estabelecendo a pouca relação entre as variáveis.

Notou-se que o setor de Consumo Cíclico, nos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2015, obteve correlações negativas e fracas, indicando que as associações entre as variáveis são insuficientes. Todavia, no exercício de 2014, a relação foi positiva, mas, fraca, não existindo associação entre níveis de governança e parágrafos de ênfase. Este resultado era esperado, uma vez, que o setor de consumo cíclico é composto por empresas, que dependem de um determinado ciclo da economia, para obterem ganhos mais expressivos e isto, ocorreu devido ao acontecimento da Copa do Mundo no Brasil em 2014.

**Tabela 1- Correlação de Pearson das variáveis NDGC, TRA e PE.**

Setor	NDGC x TRA					NDGC x PE					TRA x PE				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
BI	-	-	-	-	-0,10	-0,10	0,46	-0,09	0,04	-	-	-	-	-	0,11
CC	-	-	-	-	-0,05	-0,07	-0,07	-0,08	0,08	-0,05	-	-	-	-	-0,20
CNC	-0,09	-	-	-0,10	-0,10	-	-	-	-0,23	0,13	-	-	-	-0,32	-0,32
FO	0,11	-	-	-	-	0,55	0,58	-	-	-	-0,12	-	-	-	-
MB	-	-	-	-0,24	-0,35	0,69	-	-0,24	-0,24	-0,35	-	-	-	0,11	0,25
PGB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,09	0,47
SA	0,65	-	-0,22	-	-	0,65	0,65	0,33	-0,36	-0,38	-0,14	-	-0,22	-	-
TI	-	-	-	-	-0,35	1,00	0,63	0,63	-0,17	0,35	-	-	-	-	-1,00
TE	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-1,00	-1,00	-	-	-	-	-1,00
UP	-	-0,17	-0,03	-0,03	-0,06	0,10	0,12	0,14	-0,21	-0,29	-	-0,11	0,59	-0,31	-0,14

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Legenda:** BI: Bens Industriais, CC: Consumo cíclico, CNC: Consumo não cíclico, FO: Financeiros e outros, MB: Materiais básicos, PGB: Petróleo, gás e biocombustíveis, SA: Saúde, TI: Tecnologia da informação, TE: Telecomunicações e UP: Utilidade pública. NDGC: Níveis diferenciados de governança corporativa, TRA: Tipos de relatórios de auditoria e PE: Parágrafos de ênfase.



Segundo um levantamento realizado pela Consultoria Econômica, publicado em 2014 no sítio da Revista Exame, foi revelado as 20 ações que tiveram melhor desempenho na bolsa de valores no ano de 2014. Diante disso, pode-se constatar que as empresas ligadas ao setor de Consumo Cíclico, especificamente o varejo, obtiveram um retorno anual de 26,50% a 76,24%, com volume financeiro médio diário de 6,27 a 20,80 milhões e tendo de 6 a 8 meses de retorno positivo no ano, dentre essas empresas, foram destaques a B2W Digital, Lojas Americanas e Lojas Renner.

No setor Financeiro e outros, verificou-se também, um aumento entre os exercícios de 2011 e 2012, corroborando o entendimento de que quanto maior o nível de governança de uma empresa, maior será a possibilidade de existir parágrafos de ênfases em seus relatórios. Observou-se, que no setor de Materiais Básicos houve em 2011 um resultado positivo moderado de  $r = 0,69$ , indicando que companhias com maior nível de governança tendem a ter parágrafos de ênfase nos seus relatórios. Contudo, nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, os resultados foram negativos, mostrando que quanto menor for o nível de governança, maior será a existência de parágrafos de ênfase.

Verificou-se, que no setor de Saúde, entre as variáveis: níveis diferenciados de governança e parágrafos de ênfase, nos exercícios de 2011 a 2013, os resultados foram positivos, indicando associação entre as variáveis. No entanto, nos exercícios de 2014 e 2015 os resultados foram negativos, apresentando pouca correlação entre as variáveis. Tal resultado é esperado, uma vez que os exercícios de 2014 e 2015 foram marcados pelo ritmo desacelerado da Economia Brasileira e a menor geração de empregos formais, que se tornam fatores preocupantes para o setor da Saúde. O setor de Tecnologia da Informação teve resultados significativos de  $r = 0,63$  nos exercícios de 2012 e 2013, indicando que mesmo o nível de governança corporativa sendo maior, apresentam-se parágrafos de ênfase.

Chama-se atenção, individualmente, para o setor de Utilidade Pública, na relação entre níveis diferenciados de governança e parágrafos de ênfase, nos exercícios de 2011 a 2013, verificaram-se resultados positivos, indicando que as companhias com maiores níveis de governança tendem a ter parágrafos de ênfases expostos em seus relatórios. Mas, nos últimos exercícios tornaram-se negativos, porém, como todas as correlações foram baixas, verificou-se a existência de pouca associação entre os níveis de governança e parágrafos de ênfase.

O resultado era esperado, uma vez que nos anos de 2014 e 2015, ocorreu uma crise no setor elétrico, devido à ausência de chuvas, os reservatórios ficaram com baixos níveis de água, forçando a utilização das termelétricas, que tem um custo de geração, transmissão e distribuição bem maior que as hidrelétricas, ocasionando o aumento nas contas de luz. Um estudo realizado pela Consultoria Econômica mostra que a dívida desse setor em 2014 era de R\$ 129,88 bilhões passando para R\$ 147,40 bilhões em 2015. No ano de 2014, também ocorreu à operação que investiga o esquema milionário de desvio de verbas da Petrobrás, Operação Lava Jato, que atingiu negativamente a Economia Brasileira.

Na associação entre tipos de relatórios de auditoria e parágrafos de ênfase, percebeu-se que o setor de Utilidade Pública atingiu baixas correlações negativas nos exercícios de 2012, 2014 e 2015, apresentando relação insuficiente entre as variáveis. Entretanto, em 2013, o resultado foi positivo e moderado ( $r = 0,59$ ), estabelecendo que, relatórios sem ressalva tendem a não ter parágrafos de ênfase, enquanto que, os relatórios com ressalva tendem a ter parágrafos de ênfase.

De modo geral, os resultados apresentados na tabela, sem valores, não foram analisados, devido à ausência de variabilidade nas respostas das variáveis, ou seja, o mesmo valor aparece para todas as empresas. Na Tabela 2 foi demonstrada a frequência de cada nível diferenciado de governança corporativa.

**Tabela 2 - Distribuição de Frequência da variável NDGC**

Níveis	Fi					fi (%)					Fi (%)				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
NM	119	123	126	129	130	69,59	69,49	69,61	68,25	68,06	69,59	69,49	69,61	68,25	68,06
N1	28	28	28	28	28	16,37	15,82	15,47	14,81	14,66	85,96	85,31	85,08	83,07	82,72
N2	19	19	19	19	19	11,11	10,73	10,50	10,05	9,95	97,08	96,05	95,58	93,12	92,67
MB	5	6	7	11	12	2,92	3,39	3,87	5,82	6,28	100	99	99	99	99
M2	0	1	1	2	2	0,00	0,56	0,55	1,06	1,05	100	100	100	100	100
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>177</b>	<b>181</b>	<b>189</b>	<b>191</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Legenda:** N1: Nível 1 de Governança Corporativa, N2: Nível 2 de Governança Corporativa, NM: Novo Mercado, MB: Bovespa Mais e M2: Bovespa Mais Nível 2.

Observa-se que, aproximadamente 70% das companhias pertencentes ao setor de listagem especial da Bovespa aderiram ao Novo Mercado, o nível mais alto de governança da Bovespa, mostrando que as companhias estão buscando cada vez mais ferramentas, que proporcionem o controle dos

proprietários sobre a gestão, eliminando o problema de concentração de poder e trazendo transparência, prestação de contas e equidade para o negócio.

Na tabela 3, pode ser observada a frequência dos tipos de relatório de auditoria independente nos exercícios de 2011 a 2015.

**Tabela 3 - Distribuição de Frequência da variável TRA**

RAI	Fi					fi (%)					Fi (%)				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
SR	168	175	176	183	178	98,25	98,87	97,24	96,83	93,19	98,25	98,87	97,24	96,83	93,19
CR	3	2	5	6	13	1,75	1,13	2,76	3,17	6,81	100	100	100	100	100
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>177</b>	<b>181</b>	<b>189</b>	<b>191</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Legenda:** CR: Com Ressalva, SR: Sem Ressalva e RAI: Relatório dos Auditores Independentes.

Verificou-se na Tabela 3, que aproximadamente 99% dos relatórios analisados foram sem ressalva, indicando que as companhias que estão inseridas no nível mais alto de governança, apresentam demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Tabela 4 mostra a frequência da existência de parágrafos de ênfase nos relatórios de auditoria.

Percebeu-se que de 2011 a 2013 aproximadamente 90% dos relatórios emitidos tiveram parágrafos de ênfase, esse resultado ocorreu

devido ao fato do ano de 2010, ter sido o ano de adoção *full* (completa) das Normas Internacionais de Contabilidade e as companhias ainda estarem em processo de adaptação a convergência, ou seja, a adoção foi dividida em duas fases: a primeira, que teve como período de transição os anos de 2008 e 2009, em que foram aplicados os pronunciamentos contábeis (CPC) de 1 a 14, e a segunda fase, que ocorreu a partir de 2010, com a adoção obrigatória IFRS - *International Financial Reports Standards* (SANTOS, 2010).

**Tabela 4 - Distribuição de Frequência da variável PE**

Ênfase	Fi					fi (%)					Fi (%)				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Sim	153	159	163	61	59	89,47	89,83	90,06	32,28	30,89	89,47	89,83	90,06	32,28	30,89
Não	18	18	18	128	132	10,53	10,17	9,94	67,72	69,11	100	100	100	100	100
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>177</b>	<b>181</b>	<b>189</b>	<b>191</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

A adoção das IFRS tende a melhorar a qualidade dos relatórios financeiros, primeiro porque diminui a margem para a prática de gerenciamento oportunista por parte dos gestores – evidências apontam que tal adoção proporciona menor gerenciamento de resultados, maior oportunidade no reconhecimento das perdas, além de maior relevância do valor do lucro contábil (BARTH *et al.*, 2008). Segundo, porque as normas internacionais, ao priorizarem a essência sobre a forma, fato comum em países com tradição *common law* (leis comuns), proporcionam lucro contábil mais oportuno do que em países com tradição *code law* (códigos de leis), como é o caso do Brasil (SANTOS *et al.*, 2011). Fica nítido, quando se observa os exercícios de 2014 e 2015, onde aproximadamente 69% dos relatórios foram emitidos sem parágrafos de ênfase, indicando que as companhias conseguiram elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como objetivo investigar se os níveis de governança corporativa da Bovespa têm relação com a existência ou não de inconformidades nos relatórios dos auditores independentes. Para atingir o referido objetivo, foram coletados os relatórios de auditoria das companhias abertas, que estão dentro dos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA no sítio e, depois excluídas as empresas que receberam seu registro de concessão da CVM, em anos posteriores aos analisados, restando um total de 171 companhias em 2011, 177 em 2012, 181 em 2013, 189 em 2014 e 191 em 2015.

A partir das respostas obtidas, observou-se no geral a baixa associação entre níveis diferenciados de governança corporativa e tipos de relatórios de auditoria. Nas análises que envolveram as variáveis: níveis diferenciados de governança e parágrafos de ênfase verificou-se nos resultados em geral, uma associação significativa, corroborando com o entendimento de que companhias inseridas no nível mais alto de governança, tendem a não ter parágrafos de ênfase nos seus relatórios. Notou-se também, que as correlações entre tipos de relatórios de auditoria e parágrafos de ênfase em geral foram fracas, indicando a pouca relação entre as variáveis.

Constatou-se que em média 70% das companhias analisadas são pertencentes ao nível mais alto de governança corporativa: o novo mercado. Este

resultado valida a afirmação da Bovespa (2013), de que, a adoção de boas práticas de governança corporativa pelas companhias, confere maior credibilidade ao mercado acionário e, como consequência, aumenta a confiança e a disposição dos investidores em adquirirem as suas ações, pagarem um preço melhor por elas, reduzindo seu custo de captação.

Averiguou-se também, que em média 99% dos relatórios emitidos não tiveram inconformidades durante os cinco exercícios analisados. Assim como, 90% dos relatórios nos três primeiros anos tiveram parágrafos de ênfase, reduzindo para 69% nos exercícios de 2014 e 2015, indicando que as companhias elaboraram suas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A pesquisa foi relevante na busca de esclarecer a associação entre os níveis diferenciados de governança corporativa e as inconformidades nos relatórios de auditoria, uma vez que, a existência de estudos sobre esse assunto seja bastante limitado. Considera-se que o artigo contribuiu empiricamente para auxiliar no conhecimento dos investidores, uma vez que, lhes concede um maior entendimento em relação às companhias pertencentes ao Nível 1, Nível 2, Novo Mercado, Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2 e seus respectivos relatórios de auditoria.

Desta forma, pode-se concluir que há relação entre o nível diferenciado de governança e a existência ou não de modificações nos relatórios de auditoria. Portanto, confirma-se o pressuposto que as empresas pertencentes ao nível mais alto de governança tendem a ter menos inconformidades em seus relatórios.

Devido ao pequeno número de estudos encontrados sobre o tema, sugere-se para pesquisas futuras, que sejam abordadas companhias localizadas em outros países, abrangendo as empresas que elaboraram os seus relatórios de auditoria. Adicionalmente, efetuar a utilização de outra base de dados como a CVM e o aumento do período de análise.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. B; CORRAR, L. J.; BATISTELLA, F. D. Adoção de práticas de governança corporativa e o comportamento das ações na Bovespa: evidências

empíricas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 338-347, out. /dez. 2004.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

AL-THUNEIBAT, A. A.; KHAMEES, B. A.; AL-FAYOUMI, N. A. The effect of qualified auditors' opinions on share prices: evidence from Jordan. **Managerial Auditing Journal**. [s.l.], v. 23, p. 84-101, 2008.

AMARAL, H. F.; IQUIAPAZA, R. A.; TOMAZ, W. P.; BERTUCCI, L. A. Governança corporativa e divulgação de relatórios financeiros anuais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 1, 2008.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R. & LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of accounting research**. [s.l.], v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: RAUPP, Fabiano Maury *et al* (Col.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3ª ed. São Paulo, Atlas: 2006. p. 76-96.

BM&FBOVESPA. **Folheto Bolsa Mais Nível 2**. 2017a. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A828D294F270E45014F840D80BE3C3C>>. Acesso em 03 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Folheto Bolsa Mais**. 2017b. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A828D294F270E45014F8407D5603585>>. Acesso em 03 de março de 2017.

BM&FBOVESPA. **Segmentos de listagem**: Novo Mercado. 2018. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/)>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). **Níveis de governança corporativa**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em: 9 de abril de 2013.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). **Dicionário de Finanças**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em: 9 de abril de 2017.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. Tradução José Evaristo do Santos. São Paulo: Atlas, 2002.

CAMARGO, Raphael Vinicius Weigert; DUTRA, Marcelo Haendchen; PEPINELLI, Rita de Cássia Correa; ALBERTON, Luiz. Parecer dos Auditores Independentes: Uma Análise da Produção Científica Nacional Desenvolvida entre os Anos de 1987 e 2010. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 2, p. 162-183, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: teoria e pratica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.231/09. NBC TA 700** – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. 2009. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2009/001231](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001231)>. Acesso em: 09 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 1.232/09. NBC TA 705** – Modificações na Opinião do Auditor Independente. 2009. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2009/001232](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001232)>. Acesso em: 09 de março de 2017.

DUTRA, Marcelo Haendchen. **Modelo de referência para o relatório final da auditoria independente baseado na abordagem de expectations gap**. 2011. 275 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

ECONOMATICA. **Setor de Energia Elétrica** - Vendas, Lucro, Dívida e Valor de mercado últimos

7 anos. Disponível em: <<https://economica.com/estudos/data/20160415a.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

ERFURTH, Alfredo Ernesto; BEZERRA, Francisco Antônio. Gerenciamento de Resultados nos diferentes Níveis de Governança Corporativa. **Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, vol. 10, n. 1, fevereiro - março, 2013, pp.32-42.

FRICKE, Ruth Marilda; BATTISTI, Iara Denise Endruweit; CORRENTE, Antonio Édson. **Métodos estatísticos e a administração**. Ed. Unijuí: Ijuí, 2009. p. 164.

GARCIA, F. A., **Governança Corporativa**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/ie\\_ufrj\\_cvm/Felix%20Arthur\\_C\\_Azevedo\\_Garcia.pdf](http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/ie_ufrj_cvm/Felix%20Arthur_C_Azevedo_Garcia.pdf)> Acesso em: 05 de setembro de 2009.

HOPE, O.K.; LANGLI, J.C. Auditor Independence in a private firm and low litigation risk setting. **The Accounting Review**. v. 85, n. 2, p. 573 – 605, março 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 3. ed. 2004.

LODI, João Bosco. **Governança corporativa: o governo da empresa e o conselho de Administração**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.190.

LUCA, Márcia Martins de. *et al.* Os Mecanismos de Auditoria Evidenciados pelas Empresas Listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e no Novo Mercado da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 101-130, jan. /março 2010.

MARTINS, V. A.; SILVA, R. L. M.; NARDI, P. C. C. Governança Corporativa e Liquidez das Ações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador. **Anais... XXX ENANPAD**. Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MOORE, David S. **The Basic Practice of Statistics**. New York: Freeman. 2007.

NARDI, Paula Carolina Ciampaglia; NAKAO, Sílvio Hiroshi. Impacto da entrada nos níveis diferenciados de governança corporativa sobre a imagem institucional das empresas. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 2, p. 85-111, 2009.

NASCIMENTO, A. M.; BIANCHI, M.; TERRA, P. R. S. A Controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa: evidências de uma survey comparativa entre empresas de capital brasileiro e norte-americano. **Revista da Associação Brasileira de Custos**, v. 2, n. 2, maio-ago. 2007.

PEIXE, F.C.D. **Novo mercado: obstáculos e atrativos para as empresas do nível 1 de governança corporativa**. 2003. 98f. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PIERRI JUNIOR, Marcelo Antonio; CAMARGO, Rita de Cássia Correa Pepinelli; CAMARGO, Raphael Vinicius Weigert; AZEVEDO, Natalia Kirchner de; ALBERTON, Luiz. Pronunciamentos contábeis: um estudo dos relatórios de auditoria das companhias negociadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep**, v. 2, n. 2, p. 77-91, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, E. S. **Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS nas empresas abertas: um exame censitário dos ajustes ao resultado nas DFPs de 2008**. Anais do Encontro Da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 34. 2010.

SANTOS, L. P. G. dos; Lima, G. A. S. F. de; Freitas, S. C. de & Lima, I. S. (2011). Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças- USP**, 22 (56), pp. 174-188.

SILVA, A. L. C. Governança Corporativa, valor, alavancagem e política de dividendos das empresas brasileiras. **Revista de Administração**, v. 39, n. 4, p. 348-361, out./dez. 2004.

SILVEIRA, Amélia (coord.). Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias. 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2004.

SUNDER, Shyam. **Theory of accounting and control**. Cincinnati: South-Western Publishing, 1997.

VIEIRA, Solange Paiva; MENDES, André G. S. Teixeira. Governança corporativa: uma análise de sua evolução e impactos no mercado de capitais brasileiro. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, Vol. 11, p. 103 – 122, dezembro de 2004.

VIVES, Z. **Corporate governance: does it matter?** Chapter 1 in corporate governance: theoretical and empirical perspectives, X. Vives ed., Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-21. 2000.